

Editorial

O Conselho Editorial da revista “Cidades, Comunidades e Territórios” decidiu organizar um número duplo (12/13), atendendo ao interesse e à actualidade dos artigos nas diversas temáticas abordadas.

Ainda que muito diversos, do ponto de vista dos conteúdos e das abordagens, os artigos aqui reunidos organizam-se em torno de duas problemáticas. A primeira situa-nos no campo das intervenções no domínio do território que se têm apelidado de processos de revitalização. O conceito surge no âmbito dos debates sobre o modo de pensar e fazer intervenções sobre o território quando transformações da sociedade e das cidades desencadeiam dinâmicas de desactualização e de declínio de áreas e funções urbanas. Este debate é ainda alimentado por um contexto de fragilização dos Estados-Providência com a inevitável redução da capacidade reguladora do território por parte das instâncias públicas. Por outro lado, a discussão sobre políticas territoriais não se faz à margem da incorporação das questões que se colocam como desafios e metas das cidades da contemporaneidade: a competitividade, o imperativo da inovação e os respectivos instrumentos que asseguram a sua efectivação – o planeamento estratégico na sua lógica articuladora (entre instâncias públicas e privadas), integradora, prospectiva e fomentadora de novas formas de parceria e participação. Muitas experiências de revitalização são entendidas no contexto do planeamento estratégico das cidades como forma de inverter processos de decadência e fragilização de determinadas áreas urbanas (centrais ou periféricas) mas, sobretudo, de assegurar o papel da cidade como lugar de renovação, inovação, centralidade. Claro que o conceito de revitalização apela e simultaneamente socorre-se de outros que lhe estão na margem como reabilitação, requalificação, regeneração mas pretende traduzir uma realidade e uma forma de intervenção mais sistémica, articuladora (entre dimensões e escalas diferentes; entre actores) e sustentável.

Precisamente, o primeiro artigo incluído nesta problemática: “A Revitalização Urbana. Contri-

butos para a definição de um conceito operativo”, partindo da clarificação do contexto (europeu e português) das várias formas de intervenção sobre o território, tem como uma das preocupações centrais, situar o conceito de revitalização na pluralidade de conceitos associados, para sublinhar o carácter abrangente, o processo integrado e relacional que define a sua originalidade. Como conceito operativo, supõe-se ainda estruturador de uma tipologia diversa de situações empíricas ainda que uniformizadas numa intenção comum: a reanimação da cidade. Entendendo a intervenção na Baixa Portuense como reabilitação, o autor de “Uma Nova Metodologia para a Reabilitação Urbana. Uma Nova Oportunidade para o Centro Histórico e a Baixa do Porto” dá-nos conta, numa primeira parte, da diversidade e complexidade de factores – de ordem económica, funcional, institucional, social e territorial – que enquadram o processo de reabilitação, factores que são considerados fundamentais na clarificação da relação entre a estratégia (o que fazer) e as formas de operacionalização (como fazer). A segunda parte apresenta, de forma sequencial, o modo de constituição dos instrumentos e mecanismos institucionais responsáveis pelo desenvolvimento da operação.

Noutro registo, mas ainda no domínio das intervenções de revitalização, o artigo de João Afonso e Bernardo Soares Coelho introduz-nos num processo reflexivo sobre as articulações necessariamente tensas entre a prática sociológica e as políticas públicas, se quisermos, entre conhecimento e acção, a propósito da Iniciativa Bairros Críticos – Operação Vale da Amoreira. Os autores traçam-nos um percurso que se pretende inovador, de intervenção sobre um território “crítico”, onde a estratégia de revitalização congrega novos procedimentos, formas de implementação e avaliação num sistema de planeamento estratégico em que os vários actores envolvidos são chamados a um papel de intervenção activa e co-decisão e de não de mera participação opinativa.

Fala-se de territórios de/em revitalização e não necessariamente de revitalização de áreas urbanas.

No contexto de um processo consolidado de recessão dos espaços rurais, Renato Miguel do Carmo analisa a evolução demográfica de quatro cidades alentejanas ao longo do século XX, interrogando-se sobre o significado do crescimento demográfico destas cidades e o seu papel e impacte na relação com um território generalizadamente em depressão demográfica e económica. Dar conta desta relação significa, na opinião do autor, a possibilidade de discutir a hipótese de “uma dinâmica de consolidação territorial” associada à capacidade de “reanimar certas zonas periféricas contíguas”.

Porque as políticas de revitalização se apresentam como instrumentos de concretização de objectivos e estratégias contidos em Planos de carácter mais abrangente, justifica-se a inclusão do artigo de Isabel Guerra sobre o Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT). Pretendendo introduzir uma reflexão crítica num momento de discussão pública, a autora salienta a importância do PNPOT enquanto instrumento crucial do planeamento territorial, apontando potencialidades (a visão coerente e sistémica) e fragilidades decorrentes da ausência de uma reflexão (e decisão) sobre questões administrativas, institucionais, de distribuição de competências, formas de gestão e fiscalização que poderão comprometer a operacionalização e eficácia do Plano.

A segunda problemática que podemos encontrar neste número foca a temática da Escola e da Juventude, reunindo artigos que têm como autores Jacques Pain, conhecido e reputado especialista nas questões da Escola e da violência em meio escolar, a socióloga Teresa Seabra, investigadora e professora no Departamento de Sociologia do ISCTE, e a socióloga Filomena Gerardo, a terminar o seu Doutoramento em França. A complementaridade dos artigos manifesta-se na abordagem e aprofundamento de elementos de análise de vivências de jovens adolescentes, quer aquelas que se manifestam em meio escolar, quer as que se colocam em contexto familiar.

O artigo de Jacques Pain aborda os contextos de violência na escola, conduzindo-nos à experiência francesa e aos sucessos e insucessos de políticas implementadas há mais de uma dezena de anos. Para o autor, a Escola perdeu o seu papel institucional de ensinar e socializar o jovem adoles-

cente: reprime-se em vez de educar; ignora-se os pais das classes mais desfavorecidas; trata-se os alunos em massa; negligencia-se a dimensão social e relacional do local de ensino; e não se abrem perspectivas para o ensino profissional através da participação do meio empresarial na formação escolar. O texto reflecte sobre o processo de intensificação da violência e das diversas formas de violência em meio escolar, preconizando em seguida algumas possíveis soluções para as questões levantadas.

Sobre a escola mas na perspectiva do aluno enquanto actor da própria escola, o artigo de Teresa Seabra leva-nos, através de uma pesquisa realizada em oito escolas dos concelhos de Lisboa e Loures, “ao conhecimento dos modos de estar dos alunos na escola, à descoberta do aluno”. Trata-se de uma abordagem científica ao relacionamento dos jovens com a escola, às representações e à valorização que lhe atribuem, as expectativas geradas, as interacções com os professores e aos sentimentos que experimentam. Também é focado com detalhe, a multiplicidade das vivências em função da diversidade das relações dos adolescentes com a escolaridade e o sucesso ou insucesso.

Entender os adolescentes designadamente quando se tratam de adolescentes grávidas é o determinante do artigo de Filomena Gerardo ao abordar a complexidade da problemática da mãe adolescente numa perspectiva da construção da identidade da jovem. “Mãe-adolescente”, “adolescente-mãe” e “mãe-amiga” são as tipologias para os papéis desempenhados pelas jovens no sua maternidade enquanto processos de construção do “eu” identitário e enquanto destinatários da suas novas funções sociais.

Os últimos artigos, de alguma forma, tocam dimensões de exclusão social. Alda Gonçalves analisa três gerações de Planos de Acção para a Inclusão enquanto instrumentos de planeamento no combate à pobreza e exclusão social. Enquadrando estes planos nos seus congéneres europeus, a autora centra o artigo em torno da articulação de três dimensões estruturantes: processos, actores e domínios de política, discutindo criticamente as potencialidades e fragilidades de cada um.

Os dois últimos artigos não estão suportados por uma problemática comum, a não ser a sua referência a espaços rurais. Numa incursão pelos

processos de revalorização social do rural, Aida Valadas Lima, propõe-nos abordar esta temática através da discussão das formas de construção da ruralidade em Portugal (desde 1926 até aos nossos dias) que parecem ter como denominador comum o desenvolvimento da percepção social do rural enquanto categoria ambiental. Deste ponto de vista, a autora traz-nos pistas quanto às modalidades possíveis de olhar para o rural enquanto “laboratório experimental”, na sua vocação mais inovadora, analisando o papel da “maximização do carácter multifuncional da agricultura e do espaço rural” num processo de desenvolvimento agrícola e rural sustentável.

Num contexto de introdução de forma cada vez mais alargada de biotecnologia na agricultura, e por se ter vindo a assistir a um debate nem sempre pacífico sobre resultados e benefícios, o artigo de Alexandra Abreu Lima e Lia Vasconcelos, suportando-se numa metodologia de “Focus Groups”, analisa as concepções e preocupações de actores centrais sobre o problema, enfatizando a importância da discussão pública deste tema na orientação de investigadores e decisores políticos.

O ensaio de João Seixas insere-nos na problemática da governação urbana. Assumindo-se como uma proposta de reflexão conceptual sobre os sistemas de governação da cidade, dá-nos conta da necessidade de, face à diversidade e complexidade dos desafios actuais, ampliar os horizontes

do pensamento e da acção sobre a cidade, se quisermos, da necessidade de “reinventar a política na cidade”. Neste sentido, propõe-nos, de modo conceptual e ensaístico, três linhas de reflexão: i) a pertinência de recolocar a cidade como “objecto central de afirmação política e civilizacional”; ii) o aprofundamento dos processos de entendimento da cidade contemporânea face aos seus novos desígnios; iii) a necessidade de outra base conceptual de modo a orientar a “acção sociopolítica na e sobre a cidade” para o que se propõe o conceito de *governação urbana*.

Na rubrica Dossier, Alda Gonçalves reúne informação fundamental sobre alguns Planos Nacionais, nas áreas Social e Crescimento e Emprego, orientada pela preocupação de sistematizar e apresentar prioridades, objectivos e instrumentos definidos em cada plano.

Este número inclui ainda três resenhas. Uma, por Madalena Matos sobre a obra de Isabel Guerra, “Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso”, a segunda de Alda Gonçalves em torno do livro de Jacques Donzelot “Quand la ville se défait: quelle politique face à la crise des banlieues” e, por último, a de João Ribeiro Lopes em relação à obra conjunta de Roselyne de Villnova e Philippe Bonnin, “Loges, Concierges & Gardiens”.

Eduardo Vilaça
Teresa Costa Pinto